



Diário Oficial Eletrônico

Segunda-Feira, 29 de setembro de 2025 - Ano 18 - nº 4174



Sumário

| | |
|---|----|
| Deliberações do Tribunal Pleno, Decisões Singulares e Editais de Citação e Audiência | 1 |
| Ratificação de Decisões Singulares | 1 |
| Administração Pública Estadual | 2 |
| Tribunal de Contas | 2 |
| Administração Pública Municipal | 2 |
| Anitápolis | 2 |
| Bom Retiro | 4 |
| Concórdia | 4 |
| Criciúma | 5 |
| Doutor Pedrinho | 10 |
| Jacinto Machado | 11 |
| Joaçaba | 12 |
| Novo Horizonte | 12 |
| Otacílio Costa | 13 |
| Rio do Sul | 14 |
| Sangão | 14 |
| Santa Rosa de Lima | 15 |
| Timbó Grande | 16 |
| Jurisprudência TCE/SC | 16 |
| Atos Administrativos | 16 |
| Licitações, Contratos e Convênios | 19 |

Deliberações do Tribunal Pleno, Decisões Singulares e Editais de Citação e Audiência

Ratificação de Decisões Singulares

O Plenário do Tribunal de Contas, em sessão ordinária virtual iniciada em 19/09/2025, ratificou as seguintes decisões singulares exaradas nos processos nºs:



Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

www.tce.sc.gov.br



@ACO 24/80061692 pelo(a) Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior em 15/09/2025, Decisão Singular GAC/AMF - 762/2025 publicada no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal em 16/09/2025.

@REP 25/00161760 pelo(a) Conselheiro Substituto Cleber Muniz Gavi em 18/09/2025, Decisão Singular GCS/CMG - publicada no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal em 22/09/2025.

@REP 25/00115148 pelo(a) Conselheira Substituta Sabrina Nunes Iocken em 13/09/2025, Decisão Singular GCS/SNI - 672/2025 publicada no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal em 16/09/2025.

@LCC 25/00109334 pelo(a) Conselheira Substituta Sabrina Nunes Iocken em 15/09/2025, Decisão Singular GCS/SNI - 522/2025 publicada no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal em 31/07/2025.

FLAVIA LETICIA FERNANDES BAESSO MARTINS
Secretária-Geral

Administração Pública Estadual

Tribunal de Contas

Processo n.: @REC 25/00132743

Assunto: Recurso de Agravio contra a Decisão Singular n. GCS/SNI 470/2025, exarada no Processo n. @REP-25/00113285

Interessado: Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina

Procurador: Diogo Roberto Ringenberg

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Florianópolis

Unidade Técnica: DLC

Decisão n.: 1085/2025

O **TRIBUNAL PLENO**, diante das razões apresentadas pela Relatora e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Conhecer do Recurso, pois preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 140 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

2. Dar provimento parcial, para determinar à Prefeitura Municipal de Florianópolis que:

2.1. inclua cláusula resolutória nos aditivos contratuais, vinculando a extinção dos contratos à conclusão da nova licitação;

2.2. adote providências para garantir a continuidade dos serviços durante o curso do procedimento licitatório; e

2.3. acompanhe e fiscalize de forma minuciosa as contratações, a fim de coibir desvios e distorções na prestação dos serviços e, se for o caso, aplicar as devidas sanções, inclusive o impedimento de licitar e contratar com a Administração.

3. Dar ciência desta Decisão ao Dr. Diogo Roberto Ringenberg, Procurador-Geral Adjunto do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e ao órgão de Controle Interno do Município de Florianópolis.

Ata n.: 33/2025

Data da Sessão: 12/09/2025 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

SABRINA NUNES IOCKEN

Relatora

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Administração Pública Municipal

Anitápolis

Processo n.: @PCP 25/00097140

Assunto: Prestação de Contas da Prefeita referente ao exercício de 2024

Responsável: Solange Back

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Anitápolis

Unidade Técnica: DGO

Parecer Prévio n.: 61/2025

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e:

I - Considerando que é da competência do Tribunal de Contas do Estado, no exercício do controle externo que lhe é atribuído pela Constituição, a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas anuais prestadas pela Prefeita Municipal;

II - Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal formula opinião em relação às contas, atendo-se exclusivamente à análise técnica quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, seus resultados consolidados para o ente,



e conformação às normas constitucionais, legais e regulamentares, bem como à observância de pisos e limites de despesas estabelecidos nas normas constitucionais e infraconstitucionais;

III - Considerando que as Contas prestadas pela Chefe do Poder Executivo são constituídas dos respectivos Balanços Gerais e das demais demonstrações técnicas de natureza contábil de todos os órgãos e entidades vinculados ao Orçamento Anual do Município, de forma consolidada, incluídas as do Poder Legislativo, em cumprimento aos artigos 113, §1º, e 59, I, da Constituição Estadual e 50 da Lei Complementar n. 101/2000;

IV - Considerando que os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e os Demonstrativos das Variações Patrimoniais, até onde o exame pode ser realizado para emissão do parecer, estão escriturados conforme os preceitos de contabilidade pública e, de forma geral, expressam os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro de 2024;

V - Considerando que o Parecer é baseado em atos e fatos relacionados às contas apresentadas, não se vinculando a indícios, suspeitas ou suposições;

VI - Considerando que é da competência exclusiva da Câmara Municipal, conforme o art. 113 da Constituição Estadual, o julgamento das contas de governo prestadas anualmente pela Prefeita;

VII - Considerando que a apreciação das contas e a emissão do Parecer Prévio não envolvem o exame da legalidade, legitimidade e economicidade de todos os atos e contratos administrativos que contribuíram para os resultados das contas de governo;

VIII - Considerando que a análise técnica e o Parecer Prévio deste Tribunal sobre as Contas Anuais de Governo prestadas pela Chefe do Poder Executivo Municipal ou o seu julgamento pela Câmara Municipal não eximem de responsabilidade os administradores, inclusive a Prefeita quando ordenadora de despesa, e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta ou indireta, de qualquer dos Poderes e órgãos do Município, bem como aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, nem obsta o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas, em consonância com os arts. 58, parágrafo único, 59, II, e 113 da Constituição Estadual;

IX – Considerando o **Relatório DGO n. 213/2025**, da Diretoria de Contas de Governo;

X - Considerando a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas – MPC –, mediante o **Parecer MPC/CF n. 1099/2025**;

1. EMITE PARECER recomendando à Câmara Municipal de Anitápolis a **APROVAÇÃO** das contas anuais do exercício de 2024 prestadas pela Sra. Solange Back, Prefeita Municipal de Anitápolis naquele exercício, com as seguintes Ressalvas e Recomendações:

1.1. Ressalvas:

1.1.1. Falta de integral aplicação, no 1º Quadrimestre de 2024, do saldo do FUNDEB do ano de 2023, caracterizando descumprimento da norma do art. 25, § 3º, da Lei n. 14.113/2020;

1.1.2. Falta de integral cumprimento do art. 48-A da Lei Complementar n. 101/2000, alterada pela Lei Complementar n. 131/2009, no que se refere à disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, das informações pormenorizadas das despesas da entidade, detalhando o beneficiário do pagamento, o bem fornecido ou serviço prestado e o procedimento licitatório originário, bem como da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual, com seus respectivos anexos;

1.1.3. Reiterado atraso na remessa da Prestação de Contas da Prefeita, caracterizando afronta ao art. 51 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000 c/c o art. 7º da Instrução Normativa n. TC-20/2015.

1.2. Recomendações:

1.2.1. Adote medidas administrativas e de controle para que haja a efetiva e integral aplicação, no primeiro quadrimestre do exercício, dos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior, como exigido no art. 25, § 3º, da Lei n. 14.113/2020;

1.2.2. Atente para as ações necessárias visando ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Saneamento Básico até o prazo legal fixado, tendo em vista que a titularidade dos serviços pertence ao Município e os investimentos necessários;

1.2.3. Adote providências para o integral cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à transparência fiscal, notadamente em relação às alterações produzidas pela Lei Complementar n. 131/2009, promovendo a divulgação em meios eletrônicos de fácil acesso público, das informações pormenorizadas das despesas da entidade, detalhando o beneficiário do pagamento, o bem fornecido ou serviço prestado e o procedimento licitatório originário, bem como da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), com seus respectivos anexos;

1.2.4. Reitera que se adotem providências tendentes a garantir o alcance das metas estabelecidas para o atendimento educação infantil em creche, para cumprimento ao art. 208, I, da Constituição Federal e às Meta 1 da Lei n. 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE), observado o disposto no Plano Municipal de Educação (PME);

1.2.5. Adote providências para observância do prazo estabelecido nos arts. 51 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000 e 7º da Instrução Normativa n. TC-20/2015 para a remessa da Prestação de Contas da Prefeita ao Tribunal de Contas, alertando que, nos termos do art. 70 da citada Lei Complementar, pode ser aplicada aos agentes públicos envolvidos multa pelo injustificado atraso na remessa de balancetes, balanços, informações, demonstrativos contábeis ou de quaisquer outros documentos solicitados (VII) e pela reincidência no descumprimento de decisão do Tribunal (VI), assim como o previsto na redação atual da Instrução Normativa n. TC-28/2021;

1.2.6. Atente a área de contabilidade para o correto lançamento contábil a correta contabilização, nos termos da Lei n. 4.320/1964 da Lei de Responsabilidade, do Manual de Contabilidade Aplicável ao Setor Público (MCASP), das normas da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações deste Tribunal de Contas, a fim de que não se repitam as impropriedades relacionadas nos itens 10.2.1 e 10.2.2 do **Relatório DGO n. 213/2025**.

2. Solicita à egrégia Câmara de Vereadores de Anitápolis que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

3. Determina dar ciência deste Parecer Prévio:

3.1. à Câmara de Vereadores de Anitápolis;

3.2. à Sra. Solange Back, Prefeita Municipal de Anitápolis, ao responsável pelo órgão central de Controle Interno e ao Conselho Municipal de Educação da Unidade Gestora em tela.

Ata n.: 33/2025

Data da Sessão: 12/09/2025 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Hemeus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias



Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken
HERNEUS JOÃO DE NADAL
Presidente
LUIZ ROBERTO HERBST
Relator
Fui presente: CIBELLY FARIAS
Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Bom Retiro

Processo n.: @RLI 24/00565745

Assunto: Inspeção envolvendo a realização de despesas de competência do exercício de 2023

Responsáveis: Albino Gonçalves Padilha e Neiva Regina Deinani Moretti

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Unidade Técnica: DGO

Decisão n.: 1074/2025

O **TRIBUNAL PLENO**, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Considerar irregular, na forma do art. 36, § 2º, "a", da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, a realização de despesas no montante de R\$ 833.401,80, relativas a pagamentos realizados no exercício de 2023, sem o devido empenho naquele exercício, em desacordo com o princípio da competência da despesa e com os arts. 35, II, 60 e 85 da Lei n. 4.320/1964.

2. Recomendar ao Poder Executivo de Bom Retiro, sob a responsabilidade do Prefeito Municipal que esteja em exercício, que implemente normatização formal e sistemas administrativos de controle, para que haja fluxo de informações precisas, adequadas e tempestivas entre os diversos setores envolvidos, inclusive em relação a passivos contingentes (como ações judiciais em tramitação e precatórios), de forma que permita o planejamento orçamentário (desde a LDO e LOA) e financeiro, bem como prévio empenhamento das despesas no exercício de competência.

3. Alertar ao Chefe do Poder Executivo de Bom Retiro, à Procuradoria-Geral do Município, ao responsável pelo setor de Contabilidade e ao responsável pelo órgão central do Controle Interno daquele Município (Controladoria-Geral) de que constitui irregularidade grave a realização de despesas (liquidação e pagamento) sem prévio empenho (sem respaldo orçamentário), sujeitando os Responsáveis às sanções previstas no art. 70 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, bem como pode influenciar na apreciação das contas anuais de governo (contas anuais prestadas pelo Prefeito).

4. Dar ciência desta Decisão aos Responsáveis supranominados, à Prefeitura Municipal de Bom Retiro, ao responsável pelo setor de Contabilidade, ao Controlador-Geral e ao Procurador-Geral daquele Município.

Ata n.: 33/2025

Data da Sessão: 12/09/2025 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Hemeus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken
HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

LUIZ ROBERTO HERBST

Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Concórdia

Processo n.: @PCP 25/00030584

Assunto: Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2024

Responsável: Rogério Luciano Pacheco

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Concórdia

Unidade Técnica: DGO

Parecer Prévio n.: 60/2025

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e:

I - Considerando que é da competência do Tribunal de Contas do Estado, no exercício do controle externo que lhe é atribuído pela Constituição, a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas anuais prestadas pelo Prefeito Municipal;

II - Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal formula opinião em relação às contas, atendo-se exclusivamente à análise técnica quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, seus resultados consolidados para o ente, e conformação às normas constitucionais, legais e regulamentares, bem como à observância de pisos e limites de despesas estabelecidos nas normas constitucionais e infraconstitucionais;

III - Considerando que as Contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo são constituídas dos respectivos Balanços Gerais e das demais demonstrações técnicas de natureza contábil de todos os órgãos e entidades vinculados ao Orçamento Anual do Município, de forma consolidada, incluídas as do Poder Legislativo, em cumprimento aos arts. 113, §1º, e 59, I, da Constituição Estadual e 50 da Lei Complementar n. 101/2000;



IV - Considerando que os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e os Demonstrativos das Variações Patrimoniais, até onde o exame pode ser realizado para emissão do parecer, estão escriturados conforme os preceitos de contabilidade pública e, de forma geral, expressam os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro de 2024;

V - Considerando que o Parecer é baseado em atos e fatos relacionados às contas apresentadas, não se vinculando a indícios, suspeitas ou suposições;

VI - Considerando que é da competência exclusiva da Câmara Municipal, conforme o art. 113 da Constituição Estadual, o julgamento das contas de governo prestadas anualmente pelo Prefeito;

VII - Considerando que a apreciação das contas e a emissão do parecer prévio não envolvem o exame da legalidade, legitimidade e economicidade de todos os atos e contratos administrativos que contribuíram para os resultados das contas de governo;

VIII - Considerando que a análise técnica e o Parecer Prévio deste Tribunal sobre as Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo municipal ou o seu julgamento pela Câmara Municipal não eximem de responsabilidade os administradores, inclusive o Prefeito quando ordenador de despesa, e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta ou indireta, de qualquer dos Poderes e órgãos do Município, bem como aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, nem obsta o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas, em consonância com os arts. 58, parágrafo único, 59, II, e 113 da Constituição Estadual;

IX – Considerando o **Relatório DGO n. 232/2025**, da Diretoria de Contas de Governo;

X - Considerando a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas – MPC –, mediante o **Parecer MPC/CF n. 1033/2025**.

1. EMITE PARECER recomendando à Câmara de Vereadores do Município de Concórdia a **APROVAÇÃO** das contas anuais do exercício de 2024 prestadas pelo Sr. Rogério Luciano Pacheco, Prefeito do Município à época, com **Recomendações**, para que:

1.1. adote providências tendentes a garantir o alcance das metas estabelecidas para o atendimento da educação infantil na pré-escola, para cumprimento ao art. 208, I, da Constituição Federal e Meta 1 da Lei n. 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE), observado o disposto no Plano Municipal de Educação (PME);

1.2. atente para a adoção das medidas necessárias ao cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Saneamento Básico até o prazo legal (ano 2033), considerando que a titularidade dos serviços é de responsabilidade do Município e que há necessidade de investimentos significativos, especialmente em infraestrutura.

2. Solicita à egrégia Câmara de Vereadores do Município de Concórdia que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

3. Determina a ciência deste Parecer Prévio:

3.1. à Câmara de Vereadores de Concórdia;

3.2. ao Sr. Rogério Luciano Pacheco, à Prefeitura Municipal de Concórdia, ao responsável pelo órgão central de Controle Interno daquele Município, e ao Conselho Municipal de Educação da Unidade Gestora em tela.

Ata n.: 33/2025

Data da Sessão: 12/09/2025 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

LUIZ ROBERTO HERBST

Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Criciúma

PROCESSO Nº: @REP-25/00090307

UNIDADE GESTORA: Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC (CISAMREC)

RESPONSÁVEL: Roque Salvan

INTERESSADOS: Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC, Diretoria de Informações Estratégicas (DIE), Roque Salvan, Stela Maris de Agostin Talamini

ASSUNTO: Representação acerca de supostas irregularidades referentes ao Pregão Eletrônico nº 12/2025 - Serviços de transportes terrestre de pessoas, gerenciado por meio de plataforma WEB ou APP

RELATOR: Conselheiro Aderson Flores

UNIDADE TÉCNICA: Coord. de Fiscalização de Tecnologia da Informação - DIE/CFTI

DECISÃO SINGULAR: GAC/AF - 1377/2025

I – RELATÓRIO

Cuida-se de representação formulada pela empresa *Maxvias Soluções para Mobilidade Ltda.* acerca de possíveis irregularidades no Edital do Pregão Eletrônico nº 12/CISAMREC/2025, promovido pelo Consórcio Interfederativo de Saúde da AMREC – CISAMREC, com vistas à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de transportes terrestre de pessoas, gerenciado por meio de plataforma de sistema tecnológico WEB ou APP (*software* ou aplicativos), para deslocamentos de usuários do SUS para tratamento de saúde, de profissionais em serviços e atendimento das Redes de Assistência à Saúde – RAS, dos entes consorciados, no valor previsto de R\$ 11.214.193,61.

Em primeira análise, auditores da Diretoria de Licitações e Contratações – DLC sugeriram considerar atendidos os critérios de admissibilidade e seletividade, conhecer da representação, indeferir a medida cautelar pleiteada, remeter os autos à Diretora de



Informação Estratégica – DIE em razão da matéria afeta a parte das irregularidades noticiadas para, posteriormente à análise, determinar a audiência do suposto responsável.

As providências foram deferidas por meio da Decisão Singular nº GAC/AF-914/2025.

Ao proceder à análise do expediente, a DIE sugeriu audiência do Diretor Executivo da CISAMREC, subscritor do edital e do termo de referência, diante dos indícios de irregularidade evidenciados.

Na sequência, vieram os autos conclusos.

É o relato do essencial.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A representante sustenta que o edital Pregão Eletrônico nº 12/CISAMREC/2025 apresenta as seguintes inconsistências: **a)** falta de previsão de vigência contratual; **b)** irregularidades nas exigências de qualificação técnica; **c)** falta de objetividade da prova de conceito; **d)** critérios de qualificação econômico-financeira irregulares; **e)** divergências de prazo para implantação do sistema; **f)** previsão de interferências indevidas no data center; e **g)** falta de relação do padrão tecnológico e de segurança exigido com o objeto licitado.

Em análise inicial, à luz dos elementos informativos que instruem o feito, a DLC assim definiu sobre as irregularidades ventiladas:

Quadro 1: Quadro sinóptico da análise depreendida pela DLC.

| Irregularidades consignadas pela representante | Entendimento firmado pela DLC (Relatório nº DLC-529/2025) |
|---|--|
| a) falta de previsão de vigência contratual | Emergem indícios razoáveis acerca da prática de conduta irregular (conhecer a representação quanto a este item). |
| b) irregularidades nas exigências de qualificação técnica | Emergem indícios razoáveis acerca da prática de conduta irregular (conhecer a representação quanto a este item). |
| c) falta de objetividade da prova de conceito | Em razão da matéria envolvida, foi alvitado o envio dos autos à DIE para análise do item. |
| d) critérios de qualificação econômico-financeira irregulares; | Emergem indícios razoáveis acerca da prática de conduta irregular (conhecer a representação quanto a este item). |
| e) divergências de prazo para implantação do sistema | Não se vislumbram indícios de irregularidade quanto a este item. |
| f) previsão de interferências indevidas no data center | Em razão da matéria envolvida, foi alvitado o envio dos autos à DIE para análise do item. |
| g) falta de relação com o objeto no padrão tecnológico e de segurança. | Em razão da matéria envolvida, foi alvitado o envio dos autos à DIE para análise do item. |

Fonte: Relatório nº DLC-529/2025 (fls. 89/118).

A unidade técnica instrutiva consignou conhecer da representação no que tange a três irregularidades (itens **a**, **b** e **d**); não ter expertise, por ser matéria estranha ao campo de sua competência, em relação a outras três (itens **c**, **f** e **g**); e, por fim, não verificou indicativos de irregularidade quanto a um apontamento (item **e**).

No que concerne aos itens submetidos à análise de auditores da DLC, posteriormente apreciados no âmbito da Decisão Singular nº GAC/AF-914/2025, os encaminhamentos delineados se mantêm adequados e válidos à luz da fundamentação já consolidada nos autos, cuja conclusão se reproduz neste momento a título de rememoração:

Diante do exposto, a Diretoria de Licitações e Contratações sugere ao Exmo. Sr. Relator:

3.1. CONSIDERAR ATENDIDOS os requisitos de admissibilidade e os critérios de seletividade estabelecidos na Resolução nº TC-283/2025.

3.2. CONHECER A REPRESENTAÇÃO, apresentada pela empresa MAXVIAS Soluções para Mobilidade Ltda., com fundamento no §4º do art. 170 da Lei Federal nº 14.133/21, comunicando supostas irregularidades no Edital de Pregão Eletrônico nº 012/CISAMREC/2025, promovido pelo Consórcio Interfederativo de Saúde da AMREC (CISAMREC), visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de transportes terrestre de pessoas, gerenciado por meio de plataforma de sistema tecnológico WEB ou APP (software ou aplicativos) para deslocamentos de usuários do SUS para tratamento de saúde, e de profissionais em serviços de saúde pública, para atendimento das redes de assistência a Saúde (RAS) dos entes consorciados e da gestão administrativa, no valor previsto de R\$11.214.193,61, tocante aos seguintes itens:

3.2.1. Da ausência da estipulação do prazo de vigência do contrato no Edital, contraria o art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021 (item 2.3.1 do presente Relatório);

3.2.2. Das exigências da apresentação do alvará de licença para localização e funcionamento da empresa licitante (item 7.2.1 do Edital) e da apresentação do alvará sanitário (item 7.2.3), não tem fundamentação no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 e se enquadram em cláusulas restritas a participação, contrariando o art. 9º, I, 'a' da mesma lei (item 2.3.2.1 do presente Relatório);

3.2.3. Da exigência de atestados de capacidade técnica acompanhados da nota fiscal correspondente emitida pelo atestante e em nome da licitante, prevista no item 7.2.2.1 do Edital, exigência sem fundamentação legal no artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, se enquadrando em cláusula restrita a participação, contraria o art. 9º, I, 'a' da mesma lei (item 2.3.2.2 do presente Relatório);

3.2.4. Da exigência de comprovação mediante atestados de capacidade técnica, comprovando a experiência da licitante igual ao objeto do edital, prevista no item 7.2.2 do Edital, contraria o art. 67, II da Lei Federal nº 14.133/2021 e limita a participação e a busca da proposta mais vantajosa para a Administração, contrariando o art. 9º, I, 'a' c/c art. 11, I da mesma lei (item 2.3.2.3 do presente Relatório);

3.2.5. Da exigência de comprovação de qualificação técnica prevista no item 7.2.2 da Edital, sem limitação de 50% das quantidades, contraria o art. 67, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021 (item 2.3.2.4 do presente Relatório);

3.2.6. Da exigência de no mínimo 3 (três) atestados de capacidade técnica, previstos no item 7.2.2 do Edital, contraria o art. 67, II da Lei Federal nº 14.133/2021 e se enquadra cláusula restrita a participação, contrariando o art. 9º, I, 'a' da mesma lei (item 2.3.2.5 do presente Relatório); e

3.2.7. Da exigência de qualificação econômico-financeira prevista no item 7.5 do Edital insuficiente para comprovar a aptidão econômica do licitante para assumir as obrigações decorrentes da futura contratação em relação ao valor previsto, contraria o art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 (item 2.3.4 do presente Relatório).

3.3. Não conceder a MEDIDA CAUTELAR de suspensão do Pregão Eletrônico nº 012/CISAMREC/2025, promovido pelo Consórcio Interfederativo de Saúde da Região do Contestado, por estar presente o periculum in mora reverso (item 2.4 do presente Relatório).



3.4. DETERMINAR A AUDIÊNCIA do Sr. **Luiz Roque Salvan** - Diretor Executivo, subscritor do Edital e do Termo de Referência, nos termos do art. 29, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 202, de 15 de dezembro de 2000, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da deliberação, com fulcro no art. 46, I, b, do mesmo diploma legal c/c o art. 124 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado (Resolução nº TC-06, de 28 de dezembro de 2001), apresentar justificativas, adotar as medidas corretivas necessárias ao exato cumprimento da lei ou promover a anulação da licitação, se for o caso, o Pregão promovido pela UNIDADE, em razão das irregularidades descritas nos itens 3.2.1 a 3.2.7 da Conclusão do presente Relatório.

3.5. Antes, remeter os autos à Diretora de Informação Estratégicas – DIE para análise dos seguintes itens, quais sejam:

3.5.1. Falta de objetividade na prova de conceito (item 2.3.3 do presente Relatório);

3.5.2. Previsão de interferências indevidas no Data Center (item 2.3.6 do presente Relatório); e

3.5.3. Falta de relação com o objeto no padrão tecnológico e de segurança (item 2.3.7 do presente Relatório).

Portanto, com base na análise preliminar já realizada, a suposta irregularidade relativa às divergências de prazo para implantação do sistema (item “e”) não encontra respaldo. Por outro lado, as demais questões suscitadas pela representante (itens “a”, “b” e “d”) contêm indícios de irregularidade, sendo o caso de audiência do responsável, para que apresente as justificativas e documentos necessários à apuração dos fatos.

Na sequência, em decorrência das questões relacionadas à alegada falta de objetividade da prova de conceito (item “c”), à previsão de interferências indevidas no *data center* (item “f”) e à ausência de correlação entre o padrão tecnológico e de segurança exigidos como requisitos básicos do sistema e o objeto licitado (item “g”), os autos foram encaminhados à DIE, que os analisou mediante o Relatório nº DIE-57/2025.

2.1 – Falta de objetividade na prova de conceito

Relativamente à prova de conceito, a autora suscitou duas inconsistências: a primeira refere-se à contrariedade entre o percentual mínimo estabelecido no item 5.11 do Edital e o fixado no item 3.12 do Termo de Referência; a segunda diz respeito à inexistência de objetividade nos critérios adotados para avaliação do aplicativo a ser apresentado pela licitante.

Quanto à primeira, o Edital e o Termo de Referência assim dispõem:

Edital

5. Exame de conformidade e prova de conceito (POC): [...]

5.11. Os aplicativos oferecidos pela empresa licitante vencedora deverão obrigatoriamente no ato da apresentação da amostra ou prova de conceito, atender um percentual mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) das funcionalidades de cada aplicativo (módulo) e 100% de todas os requisitos relacionados às características gerais da aplicação;

3. Termo de Referência Prova de conceito (Poc): [...]

3.12. O aplicativo WEB oferecidos pela empresa licitante vencedora, deverão atender, no ato da apresentação da amostra ou da prova de conceito, um percentual mínimo de 80% (oitenta por cento) das funcionalidades, e 100% de todas os requisitos relacionados às características gerais da aplicação;

(Fonte: fls. 26 e 39, respectivamente).

In casu, tanto a Diretoria de Licitações e Contratos quanto a Diretoria de Informações Estratégicas manifestaram-se de maneira uníssona pela não configuração de irregularidade, tendo em vista que, diante de eventual conflito entre os dispositivos normativos e inexistindo dano à lisura do certame, deve prevalecer o percentual estabelecido no edital.

Não há reparos quanto à conclusão.

Em relação à segunda inconsistência, auditores da DIE concluíram pela ausência de objetividade na definição dos critérios da prova de conceito.

O item 3.4.3 do Termo de Referência faculta à comissão especial avaliadora exigir demonstrações adicionais, contudo, sem especificar requisitos ou forma de aferição, o que compromete a clareza do julgamento. O item 5.11 do Edital, por sua vez, determina o atendimento integral (100%) das chamadas ‘*características gerais da aplicação*’, sem que tais características constem do instrumento convocatório ou do Estudo Técnico Preliminar. Ademais, o mesmo dispositivo impõe o cumprimento de 95% das funcionalidades de cada módulo, sem indicar quais módulos e funcionalidades compõem o sistema.

Destaca-se, ainda, a remissão genérica feita pelo item 5.10 do Edital ao item 6 do Termo de Referência, que trata sobre o padrão tecnológico e de segurança, já que a previsão editalícia não delimita, de maneira clara e objetiva, quais são os requisitos que se referem à avaliação de 95% (funcionalidades de cada aplicativo) e a de 100% (características gerais da aplicação).

À vista da previsão contida no art. 17, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, tem-se que amostras e provas de conceito possuem natureza semelhante, pois têm por finalidade avaliar, de forma concreta, o objeto apresentado pelos licitantes e verificar sua compatibilidade com as exigências do edital. A amostra refere-se a bens padronizados, usualmente disponíveis no mercado, sendo apresentada pelo licitante para análise de suas especificações pela Administração. Já a prova de conceito é adotada quando se busca não apenas a verificação formal das especificações, mas a testagem prática da funcionalidade indicada na proposta.

De toda sorte, ambos institutos devem resguardar a imprescindível objetividade e transparência, de modo a afastar qualquer margem que possa comprometer a regularidade do certame. Tal exigência decorre diretamente do dever de julgamento objetivo, expressamente consagrado na Lei de Licitações, e da isonomia que deve ser garantida aos licitantes, assegurando uma avaliação sob parâmetros claros e previamente estabelecidos.

Eventuais imprecisões comprometem a fase do certame e têm o condão de vulnerar os princípios esculpidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, notadamente os da transparência, do julgamento objetivo e do interesse público, ante o possível comprometimento da previsibilidade e da segurança jurídica da prova de conceito, concebida exatamente para assegurar um patamar mínimo de confiabilidade à contratação.

Em consonância, destacam-se entendimentos firmados pelo Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU acerca da matéria:

Acórdão nº 922/2015 - Plenário

30. Dessa forma, verifica-se a materialização da infringência ao princípio do julgamento objetivo, estabelecido no art. 3º da Lei 8.666/1993, bem como ao princípio constitucional da isonomia, haja vista que alguns dos itens de avaliação da prova de conceito não se pautam em critérios ou parâmetros objetivos.

31. Por tais motivos, propor-se-á que o MinC adote medidas visando à anulação do Pregão Eletrônico 16/2014. (Grifou-se)

Acórdão nº 529/2018 - Plenário

9.3.1. em caso de exigência de amostra de produto, evidenciar a inserção de cláusula estabelecendo critérios objetivos, detalhadamente especificados, de apresentação e avaliação, bem como de julgamento técnico e de motivação das decisões relativas às amostras apresentadas, a fim de atender aos princípios do julgamento objetivo e da igualdade entre os licitantes. (Grifou-se)

Em harmonia com o exposto, a doutrina de Joel de Menezes Niebuhr:



Além disso, cumpre ponderar que a análise das amostras e da prova de conceito não é algo subjetivo. O edital deve prescrever todos os critérios e condições para que dado bem submetido à avaliação seja aprovado. Essa avaliação não deve se dar em razão do gosto pessoal, do sabor dos agentes administrativos. Relacionado a esse ponto, também é importante destacar que a Administração deve dispor de pessoas especializadas para a análise das amostras e provas de conceito, que tenham conhecimento técnico suficiente para julgar as especificidades das propostas apresentadas. (Grifou-se).

Dessa forma, em razão da inexistência de detalhamento quanto aos critérios de avaliação dos requisitos da solução na prova de conceito, bem como da ausência de definição das características gerais do aplicativo, revela-se apropriada a audiência do responsável.

2.2 – Previsão de interferências indevidas no data center

A representante sustenta que o item 5.7 do Termo de Referência atribui à futura contratada a responsabilidade integral pela operação do *data center* em conjunto com o aplicativo, abrangendo atendimento ao usuário, registro de dados, manutenção do sistema, suporte técnico, disponibilidade dos sistemas e cumprimento da Lei nº 9.609/98.

Aduz que o item 5.7.11 e seus incisos, ao preverem o acesso da contratante aos sistemas durante a execução do contrato, seriam incompatíveis com a responsabilidade exclusiva da contratada, podendo comprometer a execução contratual.

Argumenta que o acesso de terceiros, neste caso a Administração Pública, para tarefas como reinício de servidores, recuperação de *backups* ou consulta a informações privadas, poderia gerar riscos, mesmo que a responsabilidade continue exclusiva da contratada. Aponta que o edital deveria prever detalhadamente questões acerca de autonomia das tarefas e de propriedade intelectual para eventual permissão a tais acessos.

Por derradeiro, requer a retificação do edital, com a exclusão integral do item 5.7.11 e seus incisos, uma vez que as tarefas seriam de competência exclusiva da futura contratada.

Ao considerar os elementos apresentados, auditores da DIE consideraram que a manutenção de cópias dos dados no âmbito da Administração constitui medida preventiva, destinada a mitigar riscos de descontinuidade operacional, perda de informações críticas ou dependência excessiva do fornecedor, e guarda consonância com o princípio da continuidade do serviço público.

Embora o item 5.7.11 do termo de referência preveja que a cópia dos dados deva ser disponibilizada a um usuário técnico da contratante, com a finalidade de possibilitar a restauração da base e o uso das informações em caso de indisponibilidade do sistema, não se observa indicação de que a referida operação deva ocorrer no ambiente tecnológico da contratada. Ademais, as informações geradas em decorrência do serviço público são classificadas como dados institucionais, de interesse público.

Conforme assentado pela instrução, considera-se legítimo e recomendável que a Administração solicite cópias integrais e periódicas dos dados hospedados em estrutura tecnológica de seus contratados, desde que tais cópias se destinem à segurança e à continuidade do serviço, não incluam código-fonte ou outros elementos de propriedade intelectual do *software*, e observem integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados e as demais normas de segurança da informação.

De outra parte, foi evidenciada especificação excessiva, consubstanciada na imposição de fornecimento de mecanismo para monitoramento e *download* de cópia dos dados em formato *dump* restaurável, conforme disposto no item 5.7.11 do termo de referência:

Acerca de tal exigência, a diretoria técnica assim pontuou:

Pode-se compreender o “*dump*” restaurável como uma espécie do gênero cópia de segurança, sendo uma das soluções possíveis para disponibilizar uma cópia de segurança da base de dados, que será em formato próprio a depender do sistema de gerenciamento de banco de dados - SGBD utilizado pelo fornecedor.

Ao fim do contrato, no caso de um SGBD proprietário, o Ente poderá ter custo para a utilização dos dados, pois necessitará das licenças, ou para migrar entre SGBDs, seria preciso **converter ou exportar os dados** para um formato neutro ou usar ferramentas de migração.

Ademais, a exigência desse formato restringe a forma de disponibilização das informações a um banco de dados específico, afrontando o art. 9º, inciso I, alínea “a”, da Lei 14.133/2021 e art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. [...]

Para sanar tal impropriedade, de maneira alternativa ao “*dump*” restaurável, esta área técnica entende que, em situações deste gênero, seja necessário incluir opção de exportação da base de dados em formato de dados abertos, configurando baixo custo à Entidade e proporcionando flexibilidade para manipulação e uso das informações nas situações necessárias.

A fim de corroborar a manifestação, foi trazido precedente firmado por meio da Decisão nº 882/2024, emitida por este Tribunal no processo nº REP-23/80056310, de minha relatoria. Veja-se:

O **TRIBUNAL PLENO**, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 e 113 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Considerar parcialmente procedente a Representação formulada pela pessoa jurídica Betha Sistemas Ltda., com amparo no art. 36, § 2º, ‘a’, da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, para considerar irregulares os atos analisados, referentes ao instrumento convocatório condutor do Pregão Presencial n. 64/PMT/2023, lançado pela Prefeitura de Tijucas com vistas à contratação de serviços contínuos de provimento mensal de solução de gestão pública na área da educação pública, em face das seguintes restrições:

[...]

1.2. Estudo Técnico Preliminar inconsistente, tendo em vista que a falta de permissão de solução alternativa à extração de dados, exigindo exclusivamente a utilização de “*dump* restaurável”, criou especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitam a competição, vulnerando os arts. 3º, § 1º, I, da Lei n. 8.666/93, 3º, II, da Lei n. 10.520/2002 e 37, XXI, da Constituição Federal. (Grifou-se).

Vale sublinhar que, embora o *dump* restaurável constitua uma modalidade legítima de cópia de segurança, destinada a mitigar riscos de indisponibilidade do sistema e perda de dados, a exigência exclusiva restringe alternativas tecnológicas viáveis, contrariando os princípios da isonomia, competitividade e eficiência.

Assim, a unidade técnica instrutiva considerou que a exigência exclusiva de *dump* restaurável é excessiva e desnecessária, na medida em que restringe a competitividade sem justificativa técnica ou jurídica plausível, em violação ao que prescreve o art. 9º, I, ‘a’ e ‘c’, da Lei nº 14.133/2021, bem como o art. 37, XXI, da Constituição.

Em sintonia com o exposto, necessária audiência do responsável a respeito.

Todavia, considerada a expansão do objeto da representação e em observância ao art. 96, § 5º, c/c art. 102, parágrafo único, do Regimento Interno desta Corte, impõe-se a conversão do feito em processo específico de Licitações, Contratos, Convênios e Instrumentos Análogos – LCC.

2.3 - Falta de relação com o objeto no padrão tecnológico e de segurança

No que se refere à suposta incompatibilidade entre as exigências técnicas estabelecidas no padrão de segurança e o escopo contratual, a representante questiona as especificações constantes do item 6.1.4 do termo de referência, sob o argumento de



que as características básicas exigidas não teriam relação direta com o objeto contratual. Pleiteia, ao final, a revisão dos subitens de modo a manter somente aqueles que tenham aderência à execução do serviço.

Em sua análise, a diretoria técnica destaca que o edital tem por objeto a contratação de serviços de transporte terrestre de pessoas, prevendo, de forma acessória, o fornecimento de aplicativo (*web* ou *móvel*) para gestão e acompanhamento dos serviços. Embora acessório, o edital estabelece 38 requisitos técnicos e funcionais para o aplicativo, muitos deles complexos e abrangentes.

Ressalta que o aplicativo deveria servir apenas como instrumento de apoio para registro, controle e monitoramento. Assim, a inclusão de exigências demasiadamente detalhadas ou sofisticadas pode configurar excesso de especificação, em desacordo com o art. 37, XXI, da Constituição e art. 9º, I, “a” e “c”, da Lei nº 14.133/2021, os quais exigem que as especificações se restrinjam ao necessário para assegurar a execução do ajuste.

Destaca, ainda, que empresas de transporte podem não dispor de sistemas que atendam integralmente todas as funcionalidades técnicas previstas, sendo compelidas a desenvolver soluções sob medida ou terceirizar o serviço de *software*. Tal exigência pode restringir a competitividade e violar princípios balizares do procedimento licitatório.

Com efeito, quando as especificações de um item acessório se tornam tão complexas a ponto de exigir competências distintas daquelas associadas ao objeto principal, há risco de desvirtuamento contratual.

A título de exemplificação dos requisitos que se apresentam excessivamente complexos e desproporcionais, destacam-se os seguintes itens constantes do Termo de Referência:

6.1.4. Os sistemas deverão atender às legislações Federais e Estaduais, adequando-as sempre que for necessário, além de serem projetados e desenvolvidos para rodar nativamente em ambiente *web*, e que contenham as seguintes características básicas:

10. Permitir que quaisquer alterações realizadas nos cadastros sejam registradas através de auditoria, permitindo sua rastreabilidade. Permitir que o cidadão solicite, através de protocolo online, relatório das alterações as quais seus dados pessoais foram submetidos. Permitir a definição, no Portal da Transparência, do encarregado de dados (DPO), com a informação dos dados necessários e pertinentes para realização de contato;

14. Permitir um usuário logar através do serviço do Google, Facebook, whatsapp ou LinkedIn;

25. Nos principais cadastros dos sistemas, a auditoria deve estar visível ao usuário, na execução ou consulta das alterações. O sistema deve apresentar uma linha do tempo, diretamente no cadastro e sem acesso a novas telas, indicando o histórico de alterações;

29. Permitir visualizar, consultar e executar todas as extensões disponíveis em um sistema.

30. Permitir visualizar as execuções de extensões realizadas, com informações detalhadas relativas à mesma;

31. Permitir visualizar as execuções recentes de uma extensão, bem como reaproveitar os artefatos gerados;

32. Permitir visualizar a performance da execução de uma extensão utilizando como indicador o APDEX;

33. Permitir adicionar um agendamento para execução de uma extensão, informando parâmetros, ocorrências (quantidade de execuções serão realizadas), notificações e resumo, bem como visualizar todos os agendamentos relacionados, podendo editar, excluir ou desativar;

34. Permitir salvar os parâmetros preenchidos para facilitar execuções de extensões futuras;

35. Permitir visualizar todas as execuções públicas de extensões da entidade;

36. Permitir realizar o cancelamento da execução de uma extensão;

37. Permite gerenciar o compartilhamento de uma extensão com os usuários do sistema; 38. Permitir gerenciar as variáveis de ambientes.

Conforme destacado pela DIE, embora seja legítima a utilização de aplicativo para fins de gestão, a exigência de funcionalidades amplas e sofisticadas, sem a devida justificativa técnica, mostra-se desproporcional ao objeto da contratação (transporte de passageiros), em potencial afronta aos princípios da competitividade e da proporcionalidade, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Como exemplo, foi apontada a imposição do indicador APDEX. De acordo com a diretoria técnica: “O APDEX é uma medida numérica da satisfação do usuário com o desempenho de aplicações corporativas, com o objetivo de refletir a eficácia dos investimentos em TI em contribuir para os objetivos de negócios. É um método para calcular e relatar uma métrica de tempo de resposta de aplicações transacionais na forma de um índice com valor de 0 a 1.”

Verificou-se, ademais, que a obrigatoriedade de adoção do referido indicador no *software* a contratar, na ausência de fundamentação idônea, pode obstar a participação plena de interessados e configurar restrição indevida à competitividade.

Constatou-se que, ao passo que o *software* aplicativo recebeu detalhamento minucioso, não foram estabelecidos critérios equivalentes para os requisitos mínimos relativos ao exercício das funções de transporte, bem como à qualificação de veículos e motoristas, elementos diretamente vinculados e essenciais à prestação dos serviços de transporte de passageiros na área de saúde, objeto primário da contratação.

Essa omissão demonstra inconsistência nas especificações.

Diante disso, auditores desta Corte concluíram por irregularidade na especificação excessiva de item acessório ao objeto licitado, em afronta aos princípios da competitividade e da proporcionalidade, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, art. 9º, I, ‘a’ e ‘c’ do mesmo diploma legal, bem como ao art. 37, XXI, da Constituição.

A constatação de detalhamento desproporcional de item acessório do objeto licitado demanda a realização de audiência do responsável.

Em relação à responsabilidade pelas inconsistências apuradas, ambas as diretorias técnicas as atribuíram ao Sr. Roque Salvan, diretor-executivo da entidade, subscritor do edital e do termo de referência.

O estatuto social do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC – CISAMREC dispõe que compete ao diretor-executivo autorizar a abertura de licitações públicas e a celebração de contratos, bem como discrimina as atribuições do cargo:

Diretor Executivo: promover a execução das atividades e a gestão do consórcio, realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados públicos, bem como praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, elaborar as normas orçamentárias e realizar o planejamento das atividades do consórcio a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral; responsabilizar-se pela prestação de contas e pelo relatório de atividades a serem submetidos ao Presidente do consórcio, ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral; elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao consórcio para ser apresentada pelo Presidente ao órgão concedente; movimentar, quando a este delegado, as contas bancárias e os recursos financeiros do consórcio; executar a gestão administrativa e financeira do consórcio dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública; designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder



pelo expediente e pelas atividades do consórcio; providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho Executivo e Conselho Fiscal; providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal; autorizar as compras e elaborar os processos de licitação para contratação de bens e serviços; propor ao Conselho Executivo a aquisição de servidores públicos para servir ao consórcio. (Grifou-se).

Como resultado da análise das atribuições e competências conferidas ao diretor-executivo, notadamente na condição de subscritor do edital e do termo de referência, considera-se o Sr. Roque Salvan como responsável.

III – CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, **DECIDE-SE:**

3.1 – DETERMINAR a conversão do feito em **processo específico de Licitações, Contratos, Convênios e Instrumentos Análogos – LCC**.

3.2 – DETERMINAR a AUDIÊNCIA do Sr. Roque Salvan, inscrito no CPF sob o nº 4XX.6XX.569-72, diretor-executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC – CISAMREC, subscritor do Edital e do Termo de Referência, nos termos do art. 29, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 202/2000, e dos arts. 31, III, 123, § 2º, e 124, da Resolução nº TC-6/2001, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta decisão, apresente justificativas, adote as medidas corretivas necessárias ao exato cumprimento da lei ou, se for o caso, promova a anulação do Pregão Eletrônico nº 12/CISAMREC/2025, em razão das seguintes irregularidades:

3.2.1 - ausência da estipulação do prazo de vigência do contrato no Edital, em afronta ao art. 105 da Lei nº 14.133/2021 (item 2.3.1 do Relatório nº DLC-529/2025);

3.2.2 - exigências de apresentação do alvará de licença para localização e funcionamento da empresa licitante (item 7.2.1 do Edital) e de apresentação do alvará sanitário (item 7.2.3), sem respaldo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, configurando cláusulas restritivas à participação do certame, em afronta ao art. 9º, I, 'a', do mesmo diploma legal (item 2.3.2.1 do Relatório nº DLC-529/2025);

3.2.3 - exigência de atestados de capacidade técnica acompanhados da nota fiscal correspondente emitida pelo atestante e em nome da licitante, prevista no item 7.2.2.1 do Edital, sem respaldo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, configurando cláusulas restritivas à participação do certame, em afronta ao art. 9º, I, 'a', da mesma lei (item 2.3.2.2 do Relatório nº DLC-529/2025);

3.2.4 - exigência de comprovação mediante atestados de capacidade técnica, comprovando a experiência da licitante igual ao objeto do edital, prevista no item 7.2.2 do Edital, impondo restrição indevida à participação, à competitividade e à busca da proposta mais vantajosa à administração, em afronta aos arts. 9º, I, 'a'; 11, I; e 67, II, todos da Lei nº 14.133/2021 (item 2.3.2.3 do Relatório nº DLC-529/2025);

3.2.5 - exigência de comprovação de qualificação técnica prevista no item 7.2.2 do Edital, sem limitação de 50% das quantidades, em afronta ao art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 (item 2.3.2.4 do Relatório nº DLC-529/2025);

3.2.6 - exigência de no mínimo 3 (três) atestados de capacidade técnica, prevista no item 7.2.2 do Edital, configurando cláusula restritiva à participação do certame, em afronta aos arts. 9º, I, 'a', e 67, II, da Lei nº 14.133/2021 (item 2.3.2.5 do Relatório nº DLC-529/2025);

3.2.7 - exigência de qualificação econômico-financeira, prevista no item 7.5 do Edital, insuficiente para comprovar a aptidão econômica do licitante para assumir as obrigações decorrentes da futura contratação, considerando o valor estimado do ajuste, em afronta ao art. 69 da Lei nº 14.133/2021 (item 2.3.4 do Relatório nº DLC-529/2025);

3.2.8 - ausência de definição de critérios objetivos para avaliação do produto na prova de conceito, em afronta ao art. 9, I, "a", e aos princípios da transparência e do julgamento objetivo, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 (item 2.1 do Relatório nº DIE-57/2025);

3.2.9 - especificação excessiva e desnecessária, ao optar exclusivamente pela utilização de *dump* restaurável, requisito que limita a competitividade, em afronta ao art. 37, XXI, da Constituição, e ao art. 9º, I, "a" e "c", da Lei 14.133/2021 (item 2.2 do Relatório nº DIE-57/2025);

3.2.10 - especificação excessiva de item acessório ao objeto da licitação, em afronta ao art. 37, XXI, da Constituição, art. 9º, I, "a" e "c", da Lei nº 14.133/2021, e aos princípios da competitividade e da proporcionalidade, previstos no art. 5º do mesmo diploma legal (item 2.3 do Relatório nº DIE-57/2025).

3.3 – DAR CIÊNCIA à representante, ao Diretor Executivo da CISAMREC, Sr. Roque Salvan, e ao responsável pelo Controle Interno da Unidade.

Florianópolis, 25 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente)

ADERSON FLORES

Conselheiro Relator

Doutor Pedrinho

Processo n.º: @PCP 25/00032285

Assunto: Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2024

Responsável: Hartwig Persuhn

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho

Unidade Técnica: DGO

Parecer Prévio n.º: 66/2025

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e:

1. EMITE PARECER recomendando à Egrégia Câmara de Vereadores a **APROVAÇÃO** das contas do Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, relativas ao exercício de 2024.

2. Recomenda ao Município Doute Pedrinho que:

2.1. garanta o atingimento das médias de desempenho para os anos finais do ensino fundamental, em cumprimento à meta 7 da Lei n. 13.005/2014 (PNE);



2.2. formule os instrumentos de planejamento e orçamento público competentes – o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) – de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PNE e com o Plano Municipal de Educação (PME), a fim de viabilizar sua plena execução e cumprir o preconizado no art. 10 da Lei n. 13.005/2014 (PNE);

2.3. garanta o atingimento das metas de saneamento básico, em conformidade com o disposto no art. 11-B da Lei n. 11.445/2007.

3. Recomenda ao Poder Executivo de Doutor Pedrinho que, após o trânsito em julgado, divulgue esta prestação de contas e o respectivo Parecer Prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

4. Recomenda à Câmara de Vereadores de Doutor Pedrinho anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do **Relatório DGO n. 274/2025**.

5. Solicita à Câmara de Vereadores de Doutor Pedrinho que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

6. Determina a ciência deste Parecer Prévio:

6.1. à Câmara de Vereadores de Doutor Pedrinho;

6.2. bem como do Relatório e Voto do Relator e do **Relatório DGO n. 274/2025** que o fundamentam:

6.2.1. ao Conselho Municipal de Educação de Doutor Pedrinho, acerca da análise do cumprimento dos limites na educação e no FUNDEB, do parecer do Conselho do FUNDEB e do monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação;

6.2.2. ao Sr. Hartwig Persuhn e à Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho.

Ata n.: 33/2025

Data da Sessão: 12/09/2025 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

CLEBER MUNIZ GAVI

Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Jacinto Machado

Processo n.: @PCP 25/00044020

Assunto: Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2024

Responsável: João Batista Mezzari

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Unidade Técnica: DGO

Parecer Prévio n.: 56/2025

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório Técnico e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e:

1. EMITE PARECER recomendando à egrégia Câmara de Vereadores de Jacinto Machado a **APROVAÇÃO** das contas anuais do exercício de 2024 do Sr. João Batista Mezzari, Prefeito daquele Município à época.

2. Recomenda ao Município de Jacinto Machado, especialmente ao responsável pelo Poder Executivo, que:

2.1. observe atentamente as metas do saneamento básico, conforme dispõe o art. 11-B da Lei n. 11.445/2007, incluído pelo Novo Marco Legal do Saneamento (Lei n. 14.026/2020), considerando os baixos índices de cobertura de água potável e a ausência de dados sobre coleta e tratamento de esgoto identificados no exercício;

2.2. formule e divulgue adequadamente os instrumentos de planejamento e orçamento público – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) –, assegurando a compatibilidade com as diretrizes, com as metas e com as estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano Municipal de Educação (PME), conforme preconizado no art. 10 da Lei n. 13.005/2014, e em cumprimento ao art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);

2.3. efetue as adequações necessárias ao cumprimento dos indicadores de políticas públicas municipais, com vistas à manutenção e à ampliação do atendimento em creche, à universalização da pré-escola (Meta 1 do PNE) e à melhoria dos resultados nos anos finais do ensino fundamental (Meta 7 do PNE);

2.4. corrija as irregularidades de ordem legal apontadas no item 10.2 do **Relatório DGO n. 222/2025**, consistentes na não disponibilização, em meios eletrônicos de acesso público e dentro do prazo legal, das informações relativas à transparência da gestão fiscal, em descumprimento ao art. 48, *caput*, da Lei Complementar n. 101/2000 (LRF), e no envio intempestivo da prestação de contas anual do Prefeito, em afronta ao art. 51 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000 c/c o art. 7º da Instrução Normativa n. TC-20/2015.

3. Recomenda à Câmara de Vereadores de Jacinto Machado a anotação e a verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes deste Parecer Prévio.

4. Recomenda ao Município de Jacinto Machado que, após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 (LRF).



5. Solicita à egrégia Câmara de Vereadores de Jacinto Machado que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

6. Determina a ciência deste Parecer Prévio:

6.1. à Câmara Municipal de Jacinto Machado;

6.2. do Relatório e Voto do Relator e do **Relatório DGO n. 222/2025** que o fundamentam:

6.2.1. ao Conselho Municipal de Educação de Jacinto Machado, acerca da análise do cumprimento dos limites na Educação e no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), dos Pareceres do Conselho do Fundeb e do monitoramento das metas do PNE, conforme subitens 5.2, 6.1 e 8.3 do citado Relatório DGO;

6.2.2. bem como do **Parecer MPC/SRF n. 575/2025**:

6.2.2.1. ao responsável pela Contabilidade da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado;

6.2.2.2. ao Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo daquele Município;

6.2.2.3. ao Sr. João Batista Mezzari;

6.2.2.4. à Prefeitura Municipal de Jacinto Machado.

Ata n.: 33/2025

Data da Sessão: 12/09/2025 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

ADIRCÉLIO DE MORAES FERREIRA JÚNIOR

Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Joaçaba

Processo n.: @LCC 24/00612417

Assunto: Concorrência Eletrônica n. 17/2024 - Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de pavimentação da Rua Celso Brás de Carli (Lotes I e II)

Responsáveis: Dioclésio Ragnini e Vilson Sartori

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Joaçaba

Unidade Técnica: DLC

Decisão n.: 1086/2025

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Conhecer do **Relatório DLC/COSE/Div.2 n. 870/2025** e considerar sanada a restrição arguida em relação à contratação das obras objeto da Concorrência n. 17/2024, da Prefeitura Municipal de Joaçaba (pavimentação de dois trechos da Rua Celso Brás de Carli - lotes I e II), que motivaram a fiscalização neste processo.

2. Dar ciência aos Responsáveis supranominados, à Prefeitura Municipal de Joaçaba e ao Controle Interno da Unidade Gestora em tela.

3. Determinar o arquivamento dos autos.

Ata n.: 33/2025

Data da Sessão: 12/09/2025 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

LUIZ ROBERTO HERBST

Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Novo Horizonte

Processo n.: @PCP 25/00042400

Assunto: Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2024

Responsável: Vanderlei Sanagiotto

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte

Unidade Técnica: DGO

Parecer Prévio n.: 55/2025



O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e:

1. EMITE PARECER recomendando à egrégia Câmara Municipal de Novo Horizonte a **APROVAÇÃO** das contas anuais do exercício de 2024 do Prefeito daquele Município à época.

2. Recomenda ao Município de Novo Horizonte, especialmente ao responsável pelo Poder Executivo, que:

2.1. observe atentamente as metas do saneamento básico, conforme dispõe o art. 11-B da Lei n. 11.445/2007, incluído pelo Novo Marco Legal do Saneamento (Lei n. 14.026/2020), considerando os índices abaixo dos parâmetros nacionais de cobertura de água potável e de coleta/tratamento de esgoto, conforme dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Sinisa);

2.2. formule e divulgue adequadamente os instrumentos de planejamento e de orçamento público –o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA)–, assegurando a compatibilidade com as diretrizes, com as metas e com as estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano Municipal de Educação (PME), conforme preconizado no art. 10 da Lei n. 13.005/2014, e em cumprimento ao art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 –Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);

2.3. efetue as adequações necessárias ao cumprimento dos indicadores de políticas públicas municipais, com vistas à manutenção e à ampliação do atendimento em creche, cuja taxa foi de 32,41% (abaixo do mínimo de 50% – Meta 1 do PNE), e à universalização da pré-escola, cuja taxa foi de 88,89% (aquém da meta de universalização – Meta 1 do PNE);

2.4. corrija as irregularidades de ordem legal apontadas no **Relatório DGO n. 240/2025**, consistentes na não disponibilização da LOA em meio eletrônico de acesso público, em descumprimento ao art. 48, *caput*, da Lei Complementar n. 101/2000 (LRF), e na execução parcial dos recursos remanescentes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em afronta ao art. 25, § 3º, da Lei n. 14.113/2020; e

2.5. promova o alinhamento entre a programação e a execução orçamentária, de modo que as alocações reflitam prioridades reais e sejam efetivamente implementadas ao longo do exercício, com especial atenção às áreas de baixa execução.

3. Recomenda à Câmara de Vereadores de Novo Horizonte a anotação e a verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes deste Parecer Prévio.

4. Recomenda ao Município de Novo Horizonte que, após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo Parecer Prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF.

5. Solicita à egrégia Câmara de Vereadores de Novo Horizonte que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

6. Determina a ciência deste Parecer Prévio:

6.1. à Câmara de Vereadores de Novo Horizonte;

6.2. do Relatório e Voto do Relator e do **Relatório DGO n. 240/2025** que o fundamentam:

6.2.1. ao Conselho Municipal de Educação de Novo Horizonte, acerca da análise do cumprimento dos limites na Educação e no Fundeb, dos Pareceres do Conselho do Fundeb e do monitoramento das metas do PNE, conforme subitens 5.2, 6.1 e 8.3 do Relatório DGO;

6.2.2. bem como do **Parecer MPC/SRF n. 566/2025**, ao Sr. Vanderlei Sanagiotto, à Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, ao responsável pela contabilidade da citada municipalidade, e ao responsável pelo órgão central do sistema de Controle Interno daquele Município.

Ata n.: 33/2025

Data da Sessão: 12/09/2025 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

ADIRCÉLIO DE MORAES FERREIRA JÚNIOR

Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Otacílio Costa

NOTIFICAÇÃO DE ALERTA Nº 446/2025

O(A) Diretor(a) da Diretoria de Contas de Governo, por delegação de competência do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina através do art. 2º, inc. V, “a” da Portaria nº TCE/SC 276/2023, no uso de suas atribuições e de acordo com as competências desta Corte de Contas para o exercício do controle externo conferidas pelo art. 59 da Constituição Estadual em cumprimento ao disposto no art. 59, § 1º, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000 e no artigo 27, II da Resolução nº TC-06/2001 (Regimento Interno), **ALERTA** o/a Chefe do Poder Executivo de **OTACÍLIO COSTA**, com base nos dados remetidos por meio do Sistema e-Sfinge, que:

A Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo do Município no período examinado (2º quadrimestre de 2025) representou 54,50% da Receita Corrente Líquida ajustada (R\$ 120.348.244,35), ou seja, acima de 100% do limite legal previsto na alínea “b” do inciso III do artigo 20 da Lei Complementar nº 101/2000, que corresponde a 54%, devendo adotar as medidas previstas no artigo 23 da citada Lei.

Notifique-se o/a responsável pelo Controle Interno por meio eletrônico.

Publique-se.



Florianópolis, 25/09/2025

GISSELE SOUZA DE FRANCESCHI NUNES

Diretor(a)

Competência delegada pelo art. 2º, inc. V, "a" da Portaria nº TCE/SC 276/2023

Rio do Sul

NOTIFICAÇÃO DE ALERTA Nº 444/2025

O(A) Diretor(a) da Diretoria de Contas de Governo, por delegação de competência do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina através do art. 2º, inc. V, "a" da Portaria nº TCE/SC 276/2023 no uso de suas atribuições e de acordo com as competências desta Corte de Contas para o exercício do controle externo conferidas pelo art. 59 da Constituição Estadual e em cumprimento ao disposto no art. 59, § 1º, inciso I c/c artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000 e no art. 27, I, da Resolução nº 06/2001 (Regimento Interno), **ALERTA** o(s)/a(s) Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo de **RIO DO SUL** com base nos dados remetidos por meio do Sistema e-Sfinge, que:

A meta bimestral de arrecadação prevista até o 4º Bimestre de 2025 não foi alcançada pois do valor previsto de R\$ 447.984.292,23 a arrecadação foi de R\$ 410.319.270,84, o que representou 91,59% da meta, portanto devem os Poderes Executivo e Legislativo promover limitação de empenho e movimentação financeira conforme dispõe o artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Notifique-se o(a) responsável pelo Controle Interno por meio eletrônico.

Publique-se.

Florianópolis, 25/09/2025.

GISSELE SOUZA DE FRANCESCHI NUNES

Diretor(a)

Competência delegada pelo art. 2º, inc. V, "a" da Portaria nº TCE/SC 276/2023

Sangão

Processo n.º: @PCP 25/00024770

Assunto: Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2024

Responsável: Castilho Silvano Vieira

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Sangão

Unidade Técnica: DGO

Parecer Prévio n.º: 57/2025

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório Técnico e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e:

1. EMITE PARECER recomendando à egrégia Câmara Municipal de Sangão a **APROVAÇÃO** das contas anuais do exercício de 2024 do Prefeito daquele Município.

2. Recomenda ao Município de Sangão, especialmente ao responsável pelo Poder Executivo, que:

2.1. observe atentamente as metas do saneamento básico, conforme dispõe o art. 11-B da Lei n. 11.445/2007, incluído pelo Novo Marco Legal do Saneamento (Lei n. 14.026/2020), considerando os baixos índices de cobertura de água potável e de coleta/tratamento de esgoto identificados no exercício;

2.2. assegure o adequado planejamento e a divulgação, em meios eletrônicos de acesso público, dos instrumentos de planejamento e orçamento público – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) –, em cumprimento ao art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);

2.3. efetue as adequações necessárias ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei n. 13.005/2014 –, prorrogado pela Lei n. 14.934/2024, assegurando a ampliação do atendimento em creche, a universalização da pré-escola, a elevação da taxa de atendimento no ensino fundamental e o alcance da meta projetada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para os anos iniciais e finais do ensino fundamental (Metas 1, 2 e 7 do PNE);

2.4. promova o alinhamento entre a programação e a execução orçamentária, de modo que as alocações reflitam prioridades reais e sejam efetivamente implementadas ao longo do exercício, com especial atenção às áreas de baixa execução;

2.5. adote providências para a prevenção e para a correção das restrições consignadas no **Relatório DGO n. 130/2025**, notadamente quanto à transparência fiscal.

3. Recomenda à Câmara de Vereadores de Sangão a anotação e a verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes deste Parecer Prévio.

4. Recomenda ao Município de Sangão que, após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 (LRF).

5. Solicita à egrégia Câmara de Vereadores de Sangão que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

6. Determina a ciência deste Parecer Prévio:

6.1. à Câmara Municipal de Sangão;



6.2. do Relatório e Voto do Relator e do **Relatório DGO n. 130/2025** que o fundamentam, bem como **Parecer MPC/SRF n. 609/2025**:

6.2.1. ao Conselho Municipal de Educação de Sangão, acerca da análise do cumprimento dos limites na Educação e no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), dos Pareceres do Conselho do Fundeb e do monitoramento das metas do PNE;

6.2.2. ao responsável pela Contabilidade da Prefeitura Municipal de Sangão;

6.2.3. ao Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo daquele Município;

6.2.4. à Prefeitura Municipal de Sangão.

Ata n.: 33/2025

Data da Sessão: 12/09/2025 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

ADIRCÉLIO DE MORAES FERREIRA JÚNIOR

Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Santa Rosa de Lima

NOTIFICAÇÃO DE ALERTA Nº 443/2025

O(A) Diretor(a) da Diretoria de Contas de Governo, por delegação de competência do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina através do art. 2º, inc. V, "a" da Portaria nº TCE/SC 276/2023, no uso de suas atribuições e de acordo com as competências desta Corte de Contas para o exercício do controle externo conferidas pelo art. 59 da Constituição Estadual e em cumprimento ao disposto no art. 59, § 1º, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000 e no artigo 27, II da Resolução nº TC-06/2001 (Regimento Interno), **ALERTA** o/a Chefe do Poder Executivo de **SANTA ROSA DE LIMA**, com base nos dados remetidos por meio do Sistema e-Sfinge, que:

A Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo do Município no período examinado (2º quadrimestre de 2025) representou 51,25% da Receita Corrente Líquida ajustada (R\$ 29.557.050,01), ou seja, acima de 90% do limite legal previsto na alínea "b" do inciso III do artigo 20 da Lei Complementar nº 101/2000, que corresponde a 48,6%.

Notifique-se o/a responsável pelo Controle Interno por meio eletrônico.

Publique-se.

Florianópolis, 25/09/2025

GISSELE SOUZA DE FRANCESCHI NUNES

Diretor(a)

Competência delegada pelo art. 2º, inc. V, "a" da Portaria nº TCE/SC 276/2023

NOTIFICAÇÃO DE ALERTA Nº 442/2025

O(A) Diretor(a) da Diretoria de Contas de Governo, por delegação de competência do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina através do art. 2º, inc. V, "a" da Portaria nº TCE/SC 276/2023 no uso de suas atribuições e de acordo com as competências desta Corte de Contas para o exercício do controle externo conferidas pelo art. 59 da Constituição Estadual e em cumprimento ao disposto no art. 59, § 1º, inciso I c/c artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000 e no art. 27, I, da Resolução nº 06/2001 (Regimento Interno), **ALERTA** o(s)/a(s) Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo de **SANTA ROSA DE LIMA** com base nos dados remetidos por meio do Sistema e-Sfinge, que:

A meta bimestral de arrecadação prevista até o 4º Bimestre de 2025 não foi alcançada pois do valor previsto de R\$ 22.598.775,76 a arrecadação foi de R\$ 21.357.280,15, o que representou 94,51% da meta, portanto devem os Poderes Executivo e Legislativo promover limitação de empenho e movimentação financeira conforme dispõe o artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Notifique-se o(a) responsável pelo Controle Interno por meio eletrônico.

Publique-se.

Florianópolis, 25/09/2025.

GISSELE SOUZA DE FRANCESCHI NUNES

Diretor(a)

Competência delegada pelo art. 2º, inc. V, "a" da Portaria nº TCE/SC 276/2023



Timbó Grande

NOTIFICAÇÃO DE ALERTA Nº 445/2025

O(A) Diretor(a) da Diretoria de Contas de Governo, por delegação de competência do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina através do art. 2º, inc. V, "a" da Portaria nº TCE/SC 276/2023, no uso de suas atribuições e de acordo com as competências desta Corte de Contas para o exercício do controle externo conferidas pelo art. 59 da Constituição Estadual e em cumprimento ao disposto no art. 59, § 1º, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000 e no artigo 27, II da Resolução nº TC-06/2001 (Regimento Interno), **ALERTA** o/a Chefe do Poder Executivo de **TIMBÓ GRANDE**, com base nos dados remetidos por meio do Sistema e-Sfinge, que:

A Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo do Município no período examinado (2º quadrimestre de 2025) representou 53,05% da Receita Corrente Líquida ajustada (R\$ 49.921.825,57), ou seja, acima de 95% do limite legal previsto na alínea "b" do inciso III do artigo 20 da Lei Complementar nº 101/2000, que corresponde a 51,3%, devendo ser obedecidas as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, da citada Lei.

Notifique-se o/a responsável pelo Controle Interno por meio eletrônico.

Publique-se.

Florianópolis, 25/09/2025.

GISSELE SOUZA DE FRANCESCHI NUNES

Diretor(a)

Competência delegada pelo art. 2º, inc. V, "a" da Portaria nº TCE/SC 276/2023

Jurisprudência TCE/SC

Processo n.º: @CON 25/00071264

Assunto: Consulta - Possibilidade de contratação de Agentes de Contratação Temporária (ACT) para atuarem junto à população em situação de rua

Interessado: Topázio Silveira Neto

Procurador: Ricardo Fretta Flores (Procurador-Geral do Município)

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Florianópolis

Unidade Técnica: DAP

Decisão n.º: 1084/2025

O **TRIBUNAL PLENO**, diante das razões apresentadas pela Relatora e com fulcro nos arts. 59 (e 113) da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

1. Conhecer da presente Consulta, nos termos dos arts. 103 e 104 do Regimento Interno do Tribunal de Contas.

2. Responder ao Consultante, nos seguintes termos:

1. A contratação de agentes por prazo determinado para atendimento de demanda transitória vinculada à política pública de atuação junto à população em situação de rua é juridicamente viável desde que haja previsão legislativa específica, prazo determinado e a configuração de necessidade temporária de excepcional interesse público.

3. Destacar ao Consultante as premissas firmadas nos **Prejulgados ns. 1927, 1664, 1811, 2003, 2470 e 2041**, todos disponíveis para consulta na página: www.tcesc.tc.br.

4. Dar ciência desta Decisão, do Relatório e Voto da Relatora que a fundamentam, bem como do **Parecer MPC/DRR n. 753/2025** e do **Relatório/DAP/CAPE-I/Div. 3 n. 1157/2025**, ao Sr. Topázio Silveira Neto, Prefeito Municipal de Florianópolis.

Ata n.º: 33/2025

Data da Sessão: 12/09/2025 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem e Aderson Flores.

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS JOÃO DE NADAL

Presidente

SABRINA NUNES IOCKEN

Relatora

Fui presente: CIBELLY FARIAS

Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas/SC

Atos Administrativos

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

2º QUADRIMESTRE/2025

Período: setembro/2024 a agosto/2025

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso das suas atribuições privativas que lhe conferem o artigo 271 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº TC-06/2001, e o artigo 90 da Lei



Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, a Decisão nº 1173/2005, aprovada pelo Tribunal de Contas na Sessão do dia 30/05/2005, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, **DECIDE**:

1. **APROVAR** o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), referente ao 2º quadrimestre de 2025, na forma da tabela I - Demonstrativo da Despesa Com Pessoal (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - RGF - Anexo I);
2. **TORNAR PÚBLICO** o referido relatório, que será publicado no Diário Oficial Eletrônico deste Tribunal de Contas e disponibilizado, para acesso ao público, no Portal da Transparência (<https://www.tcsc.tc.br/relatorio-gestao-fiscal>), na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000; e
3. **INFORMAR** que a tabela deste Relatório segue o modelo estabelecido na 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda por meio da Portaria STN/MF nº 699, de 7 de julho de 2023, atualizado por meio da Portaria STN/MF Nº 989, de 14 de junho de 2024 e da Portaria STN/MF Nº 924, de 28 de abril de 2025.

Florianópolis, 25 de setembro de 2025.

Herneus João De Nadal
Conselheiro Presidente

RELATÓRIO DO 2º QUADRIMESTRE/2025

Período: setembro de 2024 a agosto de 2025

TABELA I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

Em R\$

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | |
|---|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | LIQUIDADAS | | | | | |
| | Setembro 2024 | Outubro 2024 | Novembro 2024 | Dezembro 2024 | Janeiro 2025 | Fevereiro 2025 |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 42.078.668,40 | 51.023.483,40 | 40.862.494,72 | 64.340.881,18 | 34.839.942,62 | 37.978.940,97 |
| Pessoal Ativo | 24.506.220,79 | 33.523.292,14 | 24.500.523,41 | 41.389.019,28 | 20.742.319,53 | 22.330.165,85 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 20.464.042,17 | 29.581.181,82 | 20.788.814,90 | 34.240.197,01 | 17.604.717,06 | 18.485.641,31 |
| Obrigações Patronais | 4.042.178,62 | 3.942.110,32 | 3.711.708,51 | 7.148.822,27 | 3.137.602,47 | 3.844.524,54 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 17.572.447,61 | 17.500.191,26 | 16.361.971,31 | 22.951.861,90 | 14.097.623,09 | 15.648.775,02 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 15.176.746,61 | 15.153.023,70 | 14.017.385,81 | 20.601.577,65 | 11.908.690,92 | 13.278.419,36 |
| Pensões | 2.395.701,00 | 2.347.167,56 | 2.344.585,50 | 2.350.284,25 | 2.188.932,17 | 2.370.355,66 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - | - | - | - | - |
| Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) | 7.653.809,44 | 18.708.276,10 | 9.506.749,31 | 22.288.705,53 | 2.759.331,32 | 16.475.288,57 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária ¹ | 1.181.204,16 | 10.307.055,34 | 2.610.488,97 | 2.273.353,99 | 570.399,15 | 888.865,79 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | - | - | - | - | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | - | - | - | 16.665.067,29 | - | - |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 6.472.605,28 | 8.401.220,76 | 6.896.260,34 | 3.350.284,25 | 2.188.932,17 | 15.586.422,78 |
| Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11) | - | - | - | - | - | - |
| Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º) | - | - | - | - | - | - |
| Outras Deduções Constitucionais ou Legais | - | - | - | - | - | - |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 34.424.858,96 | 32.315.207,30 | 31.355.745,41 | 42.052.175,65 | 32.080.611,30 | 21.503.652,30 |

Continua

Continuação

Em R\$

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO § (b) 3 |
|---|---|---------------|---------------|---------------|----------------|---------------------------------------|--|
| | LIQUIDADAS | | | | | | |
| | Abril 2025 | Maio 2025 | Junho 2025 | Julho 2025 | Agosto 2025 | TOTAL (Últimos 12 Meses) (a) | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 41.454.607,97 | 39.324.614,20 | 45.081.760,40 | 49.112.019,26 | 41.078.998,29 | 526.974.856,50 | 10.223.699,04 |
| Pessoal Ativo | 24.802.427,77 | 23.086.462,66 | 29.730.650,91 | 26.087.391,72 | 24.807.647,65 | 318.879.842,39 | 10.223.699,04 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 21.125.454,21 | 19.460.273,34 | 25.900.717,49 | 22.154.376,73 | 20.901.905,84 | 270.395.079,10 | 9.758.431,42 |
| Obrigações Patronais | 3.676.973,56 | 3.626.189,32 | 3.829.933,42 | 3.933.014,99 | 3.905.741,81 | 48.484.763,29 | 465.267,62 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 16.652.180,20 | 16.238.151,54 | 15.351.109,49 | 23.024.627,54 | 16.271.350,64 | 208.095.014,11 | - |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 14.434.745,47 | 13.963.467,62 | 13.000.728,22 | 19.854.024,70 | 13.944.499,52 | 179.518.322,65 | - |
| Pensões | 2.217.434,73 | 2.274.683,92 | 2.350.381,27 | 3.170.602,84 | 2.326.851,12 | 28.576.691,46 | - |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - | - | - | - | - | - |
| Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) | 8.705.016,45 | 8.024.141,21 | 6.283.297,56 | 8.825.507,67 | 3.910.157,70 | 126.494.755,70 | 9.032.668,72 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária ¹ | 2.090.924,31 | 1.335.279,72 | 1.141.219,34 | 1.931.004,47 | 1.583.306,58 | 27.720.082,01 | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | - | - | - | - | - | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | - | - | - | - | - | 16.665.067,29 | 9.032.668,72 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 6.614.092,14 | 6.688.861,49 | 5.142.078,22 | 6.894.503,20 | 2.326.851,12 | 82.109.606,40 | - |
| Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11) | - | - | - | - | - | - | - |
| Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º) | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Deduções Constitucionais ou Legais | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 32.749.591,52 | 31.300.472,99 | 38.798.462,84 | 40.286.511,59 | 37.168.840,59 | 400.480.100,80 | 1.191.030,32 |

Continua



| Continuação | Em R\$ | |
|--|--------------------------|-------------------------------|
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL- | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV) | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | 49.371.381.855,91 | |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI) | 49.587.418,00 | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV – V – VI) | 46.602.223,00 | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (VII) = (III a + III b) ¹ | 49.275.192.214,91 | |
| LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) ⁴ | 401.671.131,12 | 0,8152 |
| LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 542.027.114,36 | 1,1000 |
| LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 514.925.758,64 | 1,0450 |
| | 487.824.402,92 | 0,9900 |

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF, Módulo do Programa de Ajuste Fiscal, Unidade Responsável: Coordenadoria de Planejamento Orçamentário e Gestão Administrativa – DAF/CPOG, Data da emissão: 08/09/2025 e hora de emissão: 14h30.

NOTAS:

1 - Conforme orientação da Nota Técnica de Procedimento Contábil (NTPC) nº 001/2024, de 15/01/2024, da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina (SEF/SC), não foram consideradas no Relatório as despesas com Abono Permanência pagas aos servidores e membros, no valor total de R\$ 3.625.141,94, as quais foram definidas juridicamente como verba indenizatória, decorrente de Decisão Plenária prolatada em 06/12/2017 no Processo CON 17/00678660. Considerando a regra mencionada na NTPC, no mapeamento para a geração automática no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi, as despesas com DEA somente serão deduzidas no 3º quadrimestre, portanto, foi informado, na coluna correspondente ao mês de dezembro de 2024, o total das despesas com DEA liquidadas durante o exercício financeiro e, na coluna Inscritas em Restos a Pagar não Processados, o valor das despesas com DEA empenhadas e não liquidadas.

2 - Conforme o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a Despesa Total com Pessoal compreende apenas os gastos de caráter remuneratório de ativos, inativos e pensionistas. Dessa forma, embora impactem no caixa do Tribunal de Contas, para fins de verificação dos limites da LRF, não devem ser considerados no cálculo os valores referentes a verbas indenizatórias, bem como as despesas com serviços terceirizados, registradas no item orçamentário 3.3.90.37 – Locação de Mão-de-Obra. Além disso, é importante ressaltar que o artigo 19 da LRF estabelece que não devem ser computadas como despesas com pessoal os inativos e pensionistas custeados por recursos próprios do RPPS, bem como as decisões judiciais e despesas de exercícios anteriores de competência anterior ao período de apuração.

3 - Restos a Pagar não Processados, inscritos no exercício de 2024, no valor de R\$ 10.608.165,95, foram pagos R\$ 5.658.975,23, cancelados R\$ 384.466,91, restando valor a pagar de R\$ 4.564.723,81.

4 - Considerando a celebração do Termo de Compromisso nº 01/2022 entre a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) e o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), em 15/12/2022, com publicação no DOTC-e nº 3527 em 16/01/2023, para remanejar, proporcionalmente, a distribuição interna do limite global da Receita Corrente Líquida para a despesa com pessoal entre os partícipes, estabeleceram-se os limites percentuais de 1,90% para a ALESC e de 1,10% para o TCE/SC.

Florianópolis, 25 de setembro de 2025.

Thais Schmitz Serpa
Diretoria Geral de Administração – DGAD

Raul Fernando Fernandes Teixeira
Diretoria de Administração e Finanças – DAF

Gabriel Augusto Schiochet
Controladoria – CONT

Portaria N. TC-0443/2025

Promove servidores por merecimento.

A DIRETORA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria N. TC-0276, de 28 de abril de 2023, art. 2º, inciso II, alínea “b”, nos termos do art. 35-A, da Lei Complementar n. 255, de 12 de janeiro de 2004, e da Portaria N. TC-0543/2024, de 2 de dezembro de 2024; e considerando o processo SEI 25.0.000001400-4;

RESOLVE:

Considerar promovidos por merecimento, no que se refere ao período avaliativo de 1º de outubro de 2022 a 30 de setembro de 2024, os servidores ocupantes do cargo de Auditor Fiscal de Controle Externo a seguir relacionados, do nível e referência TC.AFC.13.D para TC.AFC.13.F, nas datas que seguem:

I – A partir de 2/9/2025

Diego Monteiro Naidon
Leandro Vinicius Silva Forneck
Letícia Spíndola de Faria
Matheus Corradi Ferreira Brandão
Michelle Padovese de Arruda
Sabrina Emmelly Pecini da Silva
Thiago da Silva Sodré
Veríssimo Tarragó da Silva

II – A partir de 7/9/2025

Janaína Oliete de Siqueira
Kleverson Machado da Silva

III – A partir de 8/9/2025

Alexandre Matos de Araújo

IV – A partir de 9/9/2025

Marina Selinke Casagrande

V – A partir de 10/9/2025



André Arcelo da Rocha

Florianópolis, 26 de setembro de 2025.

Thais Schmitz Serpa
Diretora da DGAD

Licitações, Contratos e Convênios

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2025 – 90159/2025

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina torna público que realizará licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico 159/2025**, do tipo menor preço, que tem como objeto a aquisição de materiais destinados à pintura e à manutenção do espaço físico nas dependências do Tribunal de Contas de Santa Catarina, por meio do **sistema de registro de preços**, de acordo com as especificações, quantitativos e condições, bem como preço máximo relacionados no Termo de Referência.

A data de abertura da sessão pública será no dia 10/10/2025, às 14:00 horas, por meio do site www.compras.gov.br, código UASG: 925395, número da Licitação no sistema 90159/2025. O Edital poderá ser retirado no site www.compras.gov.br, código UASG: 925395, número da Licitação 90159/2025, no site <https://www.portaldecompras.sc.gov.br/#/>, órgão: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Pregão Eletrônico nº 159/2025, ou no PNCP no link: <https://pncp.gov.br/app/editais/83279448000113/2025/229>.

Informações e esclarecimentos acerca desta licitação poderão ser obtidos através do e-mail pregoeiro@tcsc.tc.br. Registrado no TCE com a chave: 15A5332B324F2275A0EE1C612E3243B3ADD8D1D6.

Florianópolis, 26 de setembro de 2025.

Raul Fernando Fernandes Teixeira
Diretor de Administração e Finanças

Resultado do julgamento do Pregão Eletrônico nº 140/2025 - 90140/2025

Objeto: Contratação de subscrição das licenças de solução orquestradora de containers Kubernetes, fornecimento de consultorias e suporte e a execução de treinamento especializado para a equipe de TI sobre a solução com o objetivo de garantir a proteção e o bom funcionamento da infraestrutura de aplicações do TCE/SC, de acordo com as especificações, quantitativos e condições, bem como preço máximo relacionados no Termo de Referência.

Fornecedores participantes: GWCLOUD TECNOLOGIA E SERVICOS S.A., DEVNX SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA, ACUTIS TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, APPONTE WEB GESTAO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA e PERFIL COMPUTACIONAL LTDA.

Resultado: Vencedor: PERFIL COMPUTACIONAL LTDA, CNPJ 02.543.216/0001-29, pelo valor total de R\$ 1.105.240,00.

Florianópolis, 26 de setembro de 2025.

Pregoeira

Comunicado de Alteração do PCA 2025

O Tribunal de Contas de Santa Catarina comunica a alteração do Plano de Contratações Anual (PCA) 2025 aprovado pelo Presidente do TCE/SC, conforme Despacho GAP/PRES (0730339) constante no Processo SEI nº 24.0.000005237-6, que inclui o item 337 e informa que a versão alterada do PCA está disponível para consulta em:

<https://transparencia.tcsc.tc.br/portaltransparencia/#plano-de-contratacoes-anual>.

Florianópolis, 26 de setembro de 2025.

Raul Fernando Fernandes Teixeira
Diretor da DAF

